



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Corregedoria Geral da Justiça -
Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-919, Maceió-AL
Fone: (0**31) 4009-3144 cgjaj@tjaljus.br

Processo Administrativo nº 00841-0.2015.002

Ref.: Inspeção Geral Ordinária – 9ª Vara Cível da Capital

DESPACHO/OFÍCIO GCGJ Nº 659/2015

Trata-se de Relatório de Inspeção realizada na 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, da lavra do Exmo. Juiz Auxiliar Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 380, de 03 de agosto de 2015, desta Corregedoria Geral da Justiça, que determinou a realização de Inspeções Gerais Ordinárias nas unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas.

Destarte, diante das informações que se encontram acostadas aos autos, **ACOLHO** as sugestões formuladas pelo Juiz Auxiliar, ao passo que **DETERMINO**:

Quanto à tramitação de feitos e questões correlatas (determinações para serem cumpridas pela unidade jurisdicional):

- **item 2** – no tocante às cartas precatórias recebidas há mais de 30 (trinta) dias e pendentes de cumprimento, que totalizam 32 (trinta e duas), que seja adotado o seguinte:
 - os procedimentos cabíveis no sentido de regularizá-las;
 - realização de correição parcial nos feitos concernentes às Cartas Precatórias (recebidas e remetidas), encaminhando a esta CGJ relatório conclusivo; e,
 - a implantação de medidas gerenciais para evitar a ocorrência detectada em inspeção.
- **item 3** – com relação aos feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias, que totalizam 877 (oitocentos e setenta e sete) processos, que sejam praticados os atos necessários a sua regular tramitação;
- **item 4** – que se efetive a verificação de todos os processos que se encontram fora do cartório, a fim de identificar aqueles com prazo excedido, seguida das providências cabíveis para sanar esta irregularidade, inclusive a utilização dos atos ordinatórios dispostos no Provimento nº 13/2009;



Procurador-Marcos Antônio de Jesus - Conselho CEJ: 5702/2011 - Maceió-AL
E-mail: majs@tj4009-314.org.br/gjaljus.br

- **item 5** – no tocante aos incidentes processuais de feitos já julgados, que se efetive as medidas cabíveis à sua baixa definitiva;
- **item 6** – que se proceda a evolução da ação monitória não embargada para a classe correta;
- **item 14** – quanto à “Meta 1/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam tomadas as providências necessárias visando o seu efetivo cumprimento, com o julgamento dos 371 (trezentos e setenta e um) processos que restaram pendentes;
- **item 16** – quanto à “Meta 4/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que seja realizado o julgamento dos feitos atinentes à improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, em curso naquele juízo e detectados em inspeção, bem como que observe a necessidade de uma tramitação mais célere com relação aos demais feitos desta natureza, independentemente da fase processual em que se encontram; e,
- **item 17** – que adote as medidas necessárias objetivando dar cumprimento a “Meta 6/2014” do CNJ, no sentido de identificar e julgar as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011.

Informe-se ao Juízo acerca dos comandos aqui contidos, para que adote, quanto aos atos de sua competência, todas as providências necessárias ao efetivo cumprimento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Utilize-se cópia do presente como ofício, a ser encaminhado ao Magistrado(a) e ao Escrivão(ã) da Unidade inspecionada.

Informe-se que as respostas atinentes ao aqui versado deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE, às servidoras Luciana Maria Viana Lira e Cléa Silva Tavares, lotadas no Departamento Central de Assuntos Judiciários, e, que os expedientes quanto à matéria, enviados a outro(s) setores e/ou servidor (es), não serão processados.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Praca Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57020-914, Maceió-AL.
Fone: (33) 3214009-3144 - cgj@al.gov.br



Promova-se a publicação de todas as peças que compõem o feito no respectivo sítio eletrônico, inclusive do presente despacho, na conformidade do contido nas metas de nivelamento da e. Corregedoria Nacional de Justiça.

Ato contínuo, vão os autos ao Departamento Central de Assuntos Judiciários desta CGJ, para as medidas de praxe e devido acompanhamento, devendo ser observada a questão apontada na fl. 07, no tocante à Meta 1/2014 (item 18).

Cumpra-se.

Maceió, 31 de agosto de 2015.


Desembargador KLEVER RÉGIO LOUREIRO
Corregedor-Geral da Justiça